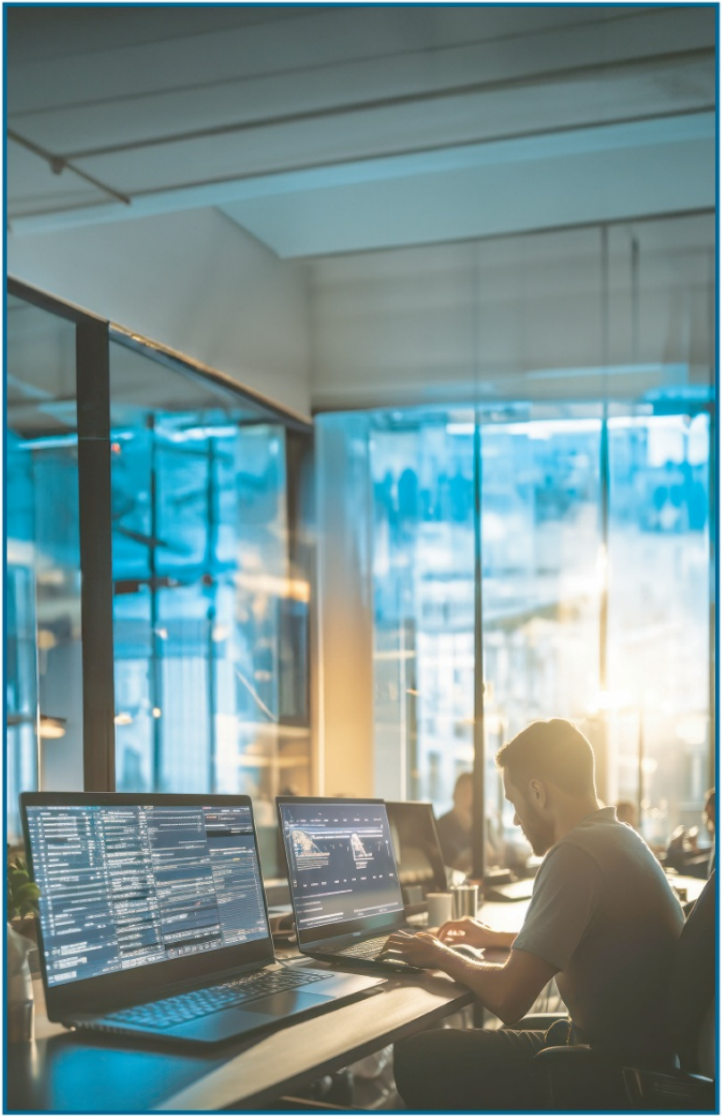




SCOR

The Art & Science of Risk

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025



Relatório da Administração

senhores Acionistas. Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, os Relatórios dos Auditores Independentes e o Relatório dos Auditores Independentes Atuais da **SCOR Brasil Resseguros S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("SCOR Brasil"), empresa do Grupo SCOR sediado em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo SCOR está posicionado entre os dez maiores resseguradores mundiais, atendendo mais de 5.200 clientes. Como líder global em resseguros, a SCOR oferece a seus clientes uma diversificada e inovadora gama de soluções em seguros e resseguros e serviços de controle e gerenciamento de riscos. A Companhia usa sua reconhecida experiência no setor para atender seus clientes e contribuir para o bem-estar e a resiliência da sociedade. A Companhia tem autorização da SUSEP para operar com resseguros e retrocessão em todos os grupos e em todo o território nacional. **Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (a) 5% para a reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do Capital Social; (b) 5%, no mínimo, ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº. 6.406/76 e alterações posteriores; e (c) o lucro que não for destinado na forma dos itens (a) e (b) seja distribuído de acordo com o que for decidido pela Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. **Plano Estratégico: 2026 Forward:** Em setembro de 2023, no *Investor Day* em Paris, o Grupo SCOR apresentou seu plano estratégico para 2024-2026, "*2026 Forward*". O plano estratégico estabeleceu algumas metas ambiciosas e igualmente ponderadas ao longo da sua duração buscando crescimento do valor econômico e índice de solvência na faixa de 185% a 220%. A SCOR impulsionará a criação de valores para seus acionistas, clientes, funcionários e para a sociedade como um todo. O Grupo SCOR mantém o controle por apetite ao risco controlado e uma subscrição disciplinada à medida que aproveita as oportunidades de negócios criadas pelas condições favoráveis do mercado, alimentando seu crescimento e diversificando suas carteiras de P&C (*Property and Casualty*) e L&H (*Life and Health*). "*2026 Forward*", combinará a arte e a ciência do risco para proteger as sociedades, ao mesmo tempo que manterá firmemente a sustentabilidade no centro do coração do Grupo SCOR, *raison d'être*. **Resultado do exercício:** A Companhia encerrou o ano de 2025 com um lucro líquido de R\$ 32,9 milhões (R\$ 30,5 milhões em 2024), crescimento de 8,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa performance deveu-se, principalmente pelo: aumento de 37,3% no resultado financeiro em comparação ao exercício anterior. Ainda, nosso índice de sinistralidade foi de 81,6% (72,2% em 2024) enquanto nosso índice de comissionamento de foi de 30,8% (34,1% em 2024). Nosso índice de despesas administrativas foi de 4,8% (4,3% em 2024) em linha com as expectativas da Administração. **Conjuntura Econômica:** Cenário econômico global. O ano de 2025 iniciou-se sob um ambiente de crescimento econômico moderado e elevado nível de incerteza, reflexo de tensões comerciais, ajustes nas políticas monetárias e fragmentação geoeconômica. As principais instituições apontavam para uma desaceleração do crescimento global. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava expansão de 3,2% em 2025, uma redução em relação ao crescimento observado em 2024, em virtude da diminuição dos efeitos temporários que sustentaram a atividade no primeiro semestre e do aumento das barreiras comerciais em economias avançadas. Para 2026 o FMI projetou um crescimento global de 3,3% e de 3,2% para 2027. A média da inflação global girará em 3,8% em 2026 e 3,4% em 2027. Cenário Econômico no

Brasil. No Brasil, o desempenho econômico projetado para 2025 indicava crescimento moderado, sustentado principalmente pelos setores de serviços e agropecuária, ao mesmo tempo em que o país enfrentava desafios domésticos relacionados à política monetária restritiva e à necessidade de reconstrução da confiança fiscal. PIB: As projeções indicam que o PIB em 2025 vai fechar positivo por volta de 2,5% (3,5% em 2024), principalmente impulsionado por um baixo desemprego, altos benefícios sociais e vasto oferecimento de crédito. IPCA: O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) fechou o ano de 2025 com variação acumulada de 4,26%, de acordo com dados do IBGE publicados. SELIC: A Selic encerrou 2025 em patamar de 15% (12,25% em 2024). Real: O ano de 2025 foi marcado por uma forte desvalorização do dólar no mundo. No Brasil, a moeda norte-americana caiu 11,1% frente ao real no acumulado de 2025, fechando em R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 2024). Mercado de trabalho: O mercado de trabalho no Brasil comportou-se com resiliência, terminando o ano com saldo positivo de emprego formal, mas mostrando sinais de desaceleração em relação aos anos anteriores. Para o ano de 2026, o Boletim Focus projeta um crescimento do PIB de 1,9%, chegando a 2,0% para 2027. O IPCA para 2026 projetado 4,4%, caindo para 4,0% para 2027. Ainda, para a taxa SELIC a projeção para 2026 é de 12,5%, reduzindo para 10,5% em 2027. Por fim, a expectativa do dólar é fechar em R\$ 5,99 em 2026 e R\$ 5,90 em 2027. **Perspectivas:** O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A expectativa da SCOR é que o mercado de (res)seguros brasileiro passe por adaptações, tendo em vista o aumento da frequência e intensidade dos desastres naturais, e até mesmo aprendizagens de uma pandemia recente. Com a elevação dos riscos e as perdas potenciais para as seguradoras, temos expectativa de uma necessidade contínua de maiores limites de cobertura de resseguro, assim como soluções mais adequadas aos riscos existentes. Acreditamos que a tendência seja de um mercado com evolução de critérios mais rigorosos de subscrição e de gestão de riscos mais sofisticada. Considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e dos riscos biométricos, há uma necessidade iminente de controles mais efetivos de exposição. A perspectiva para o curto e médio prazo é que o mercado de (res)seguros continue atuando sob critérios técnicos rigorosos e disciplina na subscrição. A SCOR seguirá na mesma linha o que permitirá seu crescimento ao mesmo tempo que constrói uma carteira otimizada e robusta, objetivando sempre a rentabilidade da Companhia no Brasil. A estratégia da Companhia é de manter uma política prudente de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, efetuar controle efetivo das despesas administrativas focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global. **Outras Informações:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Scor SE (Paris-França). Em 2024 a SCOR Brasil Participações incorporou a empresa "M&S Brasil Participações Ltda", passando assim a deter 100% das ações da SCOR Brasil Resseguros S.A., conforme documentado na 18ª alteração de Contrato Social da SCOR Brasil Participações Ltda. **Agradecimentos:** A SCOR Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, bem como a Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à Companhia. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Demonstração dos Fluxos de Caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial Exercicios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)							
ATIVO				PASSIVO			
	Nota	Dez-2025	Dez-2024		Nota	Dez-2025	Dez-2024
Circulante		1.214.784	1.092.995	Circulante		1.224.343	1.118.692
Disponível	5	37.816	60.935	Contas a Pagar		67.092	54.615
Caixa e bancos		24.492	43.205	Obrigações a pagar		38.634	27.483
Equivalente de caixa		13.324	17.730	Impostos e encargos sociais a recolher		5.663	9.858
Aplicações	6	360.542	211.624	Encargos trabalhistas		1.458	1.319
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	7	370.304	416.523	Impostos e contribuições	9b	21.337	15.955
Operações com seguradoras		343.879	391.581	Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	12	332.028	267.588
Operações com resseguradoras		26.425	24.942	Operações com resseguradoras		223.241	212.709
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	412.158	373.982	Corretores de seguros e resseguros		13.408	12.040
Títulos e Créditos a Receber		20.551	16.206	Outros débitos operacionais		95.379	42.849
Títulos e créditos a receber		-	2.847	Depósitos de Terceiros	13	925	810
Créditos tributários e previdenciários	9	20.468	12.249	Provisões Técnicas-Resseguradoras	14	824.298	795.679
Outros créditos		83	1.110	Passivo não circulante		213.678	210.424
Custos de Aquisição Diferidos	10	13.413	13.725	Contas a pagar		-	545
Resseguros		13.413	13.725	Obrigações a pagar		1	545
Ativo não circulante		370.981	369.397	Provisões Técnicas-Resseguradoras	14	213.677	209.879
Realizável a Longo Prazo		369.343	367.565	Patrimônio Líquido	19	147.744	133.276
Aplicações	6	249.747	241.454	Capital social		100.000	100.000
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	7	2.025	3.507	Reservas de lucros		49.895	44.006
Operações com seguradoras		2.025	3.507	Ajuste de avaliação patrimonial		(2.151)	(10.730)
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	110.061	107.683	TOTAL DO PASSIVO		1.585.765	1.462.392
Títulos e Créditos a Receber	9	7.510	14.627	As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
Créditos tributários e previdenciários		7.510	14.627	Demonstrações Financeiras.			
Outros Valores e Bens		-	294	Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativos de direito de uso		-	294		Nota	Dez-2025	Dez-2024
Imobilizado	11	1.638	1.832	Prêmios emitidos	17.a	600.395	628.778
Bens móveis		1.638	1.832	(+/-) Variações das provisões técnicas	17.b	40.241	(30.623)
TOTAL DO ATIVO		1.585.765	1.462.392	(-) Prêmios Ganhos		641.176	598.155
				(-) Sinistros arrendados	17.c	(523.103)	(424.670)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	100.000	2.206	36.292	2.083	-	140.581
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	30.508	30.508
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(12.813)	-	(12.813)
Reserva Legal	-	1.526	-	-	(1.526)	-
Reserva Estatutária	-	-	3.982	-	(3.982)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Antecipação de Dividendos	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Em 31 de dezembro de 2024	100.000	3.732	40.274	(10.730)	-	133.276
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	32.956	32.956
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	8.579	-	8.579
Reserva Legal	-	1.648	-	-	(1.648)	-
Reserva Estatutária	-	-	4.241	-	(4.241)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(27.067)	(27.067)
Em 31 de dezembro de 2025	100.000	5.380	44.515	(2.151)	-	147.744

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

Contexto operacional: A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Comphia") foi constituída em 10 de março de 2014 e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da Superintendência de Seguros Privados–SUSEP para funcionamento, tendo assim iniciado suas operações a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, 15º andar, sala 1501, Centro, CEP 20091-007, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e filial localizada na Rua James Joule, nº 65, 7º andar, Cidade Montôneas, CEP 04576-080, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da SCOR Brasil é de 100% da SCOR Brasil Participações Ltda. A Companhia tem autorização da SUSEP para operar com resseguros e retrocessão em todos os grupos e em todo o território nacional. Essas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026. 2. **Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** a. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores e conforme os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) assim como pelas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **Base de preparação:** b. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, com exceção dos: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e do CNSP. **Continuidade:** c. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** d. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **Estimativas contábeis críticas e julgamentos:** e. A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros e revisadas periodicamente. Alterações relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as Demonstrações Financeiras e para as quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Avaliação de ativos e passivos de contratos de resseguros e provisões técnicas (notas 7, 8, 12 e 14); • Provisões Técnicas (nota 3.g); • Teste de adequação dos passivos (nota 3.h); e • Avaliação da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar (nota 7); Provisão para contingências (nota 23); e • Segregação entre circulante e não circulante. • A Companhia efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. 3. **Principais Políticas Contábeis Materiais: Informação de políticas contábeis materiais:** O Grupo SCOR adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. a. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: **Caixa e equivalentes de caixa:** b. Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis de alta liquidez, compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aplicação e vencimento, e com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. **Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** c. A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial deve ser feita com base: a) no modelo de negócio da Companhia para gestão de ativos financeiros; e b) nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do

PASSIVO	Nota	Dez-2025	Dez-2024
Circulante		1.224.343	1.118.692
Contas a Pagar		67.092	54.615
Obrigações a pagar		38.634	27.483
Impostos e encargos sociais a recolher		5.663	9.858
Encargos trabalhistas		1.458	1.319
Impostos e contribuições	9b	21.337	15.955
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	12	332.028	267.588
Operações com resseguradoras		223.241	212.709
Corretores de seguros e resseguros		13.408	12.040
Outros débitos operacionais		95.379	42.839
Depósitos de Terceiros	13	925	810
Provisões Técnicas–Resseguradoras	14	824.298	795.679
Passivo não circulante		213.678	210.424
Contas a pagar		1	545
Obrigações a pagar		1	545
Provisões Técnicas–Resseguradoras	14	213.677	209.879
Patrimônio Líquido	19	147.744	133.276
Capital social		100.000	100.000
Reservas de lucros		49.895	44.006
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.151)	(10.730)
TOTAL DO PASSIVO		1.585.765	1.462.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	Dez-2025	Dez-2024
Prêmios emitidos	17.a	600.935	628.778
(+/-) Variações das provisões técnicas	17.b	40.241	(30.623)
(=) Prêmios Ganhos		641.176	598.155
(-) Sinistros ocorridos	17.c	(523.193)	(431.670)
(-) Custos de aquisição	17.d	(19.648)	(12.676)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	17.e	4.740	8.416
(+) Resultado com retrocessão	17.f	(69.422)	(115.993)
(-) Despesas administrativas	17.g	(30.557)	(25.575)
(-) Despesas com tributos	17.h	(11.718)	(16.298)
(+) Resultado Financeiro	17.i	64.188	46.735
(+) Receitas financeiras		64.227	46.856
(-) Despesas financeiras		(39)	(121)
(=) Resultado Operacional		55.566	51.094

Resultado Antes dos Impostos e Participações	55.566	51
Imposto de renda	(10.007)	(10)

(-) Imposto de renda	18	(13.907)	(12.678)
(-) Contribuição social	18	(8.359)	(7.621)
(-) Participações sobre o lucro		(344)	(287)
(=) Lucro Líquido do exercício		32.956	30.508,56
(f) Quantidade de ações		100.000	100.000
(=) Lucro Líquido por ação – em R\$		329,56	305,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	
	Dez-2025 Dez-2024
Lucro Líquido do Exercício	32.956 30.508
Variação no valor justo de ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	14.299 (21.356)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado abrangente	(5.720) 8.543
Resultado abrangente	8.529 (12.813)
Resultado Abrangente do Exercício, líquido dos impostos	41.535 17.695

custos das transações. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. • As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: • Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo, sendo que seu resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido na demonstração do resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é também reconhecido na demonstração do resultado. Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia–SELIC e na Câmara de Custódia e Liquidação–CETIP. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelos de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; Nível 3: Modelos de precificação nos quais as transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. c. **Prêmios de resseguros e custo de aquisição de indenções.** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus valores auferidos pela cedente (*Estimate Premium Income–EPI*), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos quando são recebidas as prestações de contas com os valores efetivos enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. d. Essas estimativas são recalculadas trimestralmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. **Mensuração dos contratos de retrocessão.** e. Os prêmios de retrocessão são registrados na data de início de vigência dos contratos, normalmente no mesmo período dos prêmios de resseguro referentes, e são contabilizados no resultado, na rubrica “Resultado com Operações de Retrocessões”. Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Companhia. **Redução ao valor recuperável: i. Operações de resseguro:** O modelo estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela circular SUSEP nº 678/22 e suas alterações posteriores, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de Prêmios não Ganhos de resseguro, onde: A redução ao valor recuperável de Prêmios a receber deverá ser constituída: • Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou • A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada. A redução ao valor recuperável da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se: • Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável. • Com exceção da conta de Provisão de prêmios não ganhos, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador.

	Dez-2025	Dez-2024
Lucro Líquido do Exercício	32.956	30.508
Ajustes de Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	493	470
Perda por Redução ao Valor Recuperável	4.732	916
Provisões Técnicas Líquidas de Ativos de Retrocessão	-	10.824
Ativos de Direito de Uso	294	320
Lucro líquido do Exercício, ajustado	38.475	43.038
<u>Variação nas Contas Patrimoniais:</u>		
Aplicações Financeiras	(148.633)	(81.527)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	42.969	(45.579)
Títulos e Créditos a Receber	-	(1.143)
Ativos de Resseguro e Retrocessão	(40.554)	12.286
Créditos Tributários e Previdenciários	18.298	10.964
Despesas Antecipadas	-	38
Custo de Aquisição Diferido	312	(6.118)
Outros Ativos	3.875	(2.623)
Impostos e Contribuições	5.382	3.914
Outras Contas a Pagar	785	7.651
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	64.441	84.392
Depósitos de Terceiros	115	(1.790)
Provisões Técnicas - Resseguradoras	32.417	37.566
Caixa Gerado pelas Atividades	17.880	60.799
Impostos sobre lucros pagos	(19.400)	(14.999)
Pagamentos da parcela dos juros - passivo de arrendamento	(214)	(121)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(1.734)	45.679
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(296)	(241)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(296)	(241)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos da parcela do principal - passivo de arrendamento	(585)	(657)
Dividendos pagos	(20.503)	(5.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(21.088)	(5.657)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(23.119)	39.781
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	60.935	21.154
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	37.816	60.935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

qual deverá considerar, no mínimo: • O histórico de perdas com o ressegurador; • Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e • Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. ii. Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 678/22 e suas alterações posteriores, a Companhia mantém estudo técnico atualizado, que suporta seu método de constituição da provisão de Redução ao Valor Recuperável – RVR das suas operações com resseguro. **Ativos financeiros:** Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecê-las como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. O CPC 48 propõe critérios para constituição das perdas esperadas, com a seguinte classificação: • Estágio 1 – Ativos sem problemas para recuperação de créditos. • Perdas de 12 meses desde o reconhecimento inicial; • Atrasos abaixo de 30 dias; Juros efetivos sobre o valor Bruto. Estágio 2 – Ativos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. • Perdas mensuradas pela vida total do Ativo; • Atrasos acima de 30 dias ou critérios qualitativos; • Juros efetivos sobre o valor bruto até 90 dias; Não apresenta percentual mínimo para mensurar o aumento de risco. Estágio 3 – Ativos com problema de recuperação de crédito • Perdas mensuradas pela vida total do Ativo; • Atrasos acima de 90 dias ou critérios qualitativos; Juros efetivos sobre o custo amortizado até o final de vida do contrato. iii. Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 678/22 e suas alterações posteriores, a Companhia mantém estudo técnico atualizado, que suporta seu método de constituição da provisão de Redução ao Valor Recuperável – RVR dos seus ativos financeiros. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à amortização e/ou depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. f. E reconheça uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **Contas a pagar:** g. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido em até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. Os valores de contas a pagar são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **Provisões técnicas – Resseguradoras:** i. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP 648/21 e da Resolução CNSP 432/21 e suas alterações posteriores, que dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada levando em consideração o tipo de contrato de resseguro e segue as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. Contratos Facultativos: O cálculo da PPNG para os contratos facultativos é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro. O prêmio é ganho em função da data-base, da data de início de vigência do contrato e do tempo de cobertura do contrato. • Contratos Proporcionais: **Risk Attaching ou Riscos Iniciados:** o cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo **Risk Attaching** consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. Para efetuar o cálculo, enquanto não estiverem disponíveis informações efetivas dos riscos assumidos, são utilizadas estimativas de prêmio total e do prêmio emitido mensal (prêmio total dividido pelo número de meses do contrato). A vigência das apólices de seguro adotada para o cálculo é informada pela cedente para cada contrato. Esta vigência padrão é utilizada como prazo de diferimento do prêmio de resseguro emitido em cada mês. **Loss Occurring** ou Base de Ocorrência de Sinistros: o prêmio emitido dos contratos proporcionais do tipo **Loss Occurring** é definido em função da parcela do prêmio estimado total de cada contrato relativa à exposição a que está sujeito, com base nas apólices de seguros emitidas até o mês de cálculo. A PPNG calculada de forma que os prêmios de resseguro sejam ganhos homogeneamente durante a vigência dos contratos. • Contratos Não Proporcionais: **Risk Attaching ou Riscos Iniciados:** o prêmio de resseguro para os contratos não proporcionais do tipo **Risk Attaching** é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro emitido. O prêmio ganho é determinado com base na duração do contrato e das apólices cobertas. O prêmio não é ganho linearmente, mas em função da evolução da exposição ao risco (método de “1/N avos”), uma vez que as apólices adicionadas ao contrato são consideradas emitidas linearmente ao longo da sua duração. • **Loss Occurring** ou Base de Ocorrência de Sinistros: o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo **Loss Occurring** é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. ii. **Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A Companhia, através de análise individual dos contratos, tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio RVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito no item i-**Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**. iii. **Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):** A provisão é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados da seguinte forma: (a) pela parcela de responsabilidade da Resseguradora relativa ao valor informado pela cedente; (b) pelo valor resultante de sentença transitada em julgado, para os casos de sinistros judiciais quando a Resseguradora participar da ação judicial. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não tomou conhecimento de envolvimento em processos judiciais. iv. **Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** A provisão é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. As estimativas atuariais do IBNR são baseadas nos métodos da sinistralidade inicial esperada (SIE)





SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/3

(*) Valor de Prêmios a Receber não contempla RVR no valor de R\$ 1.808 em 2025 (R\$ 4.739 em 2024). (**) Valor de Prêmios retrocedidos está líquido de custos de retrocessão diferidos (vide Nota 10.c) (***). Compreende demais ramos, como Pessoa Individual, Cargo, etc. d. **Prêmios a receber por prazo de vencimento:** O prêmio da Companhia é registrado em bases estimadas e efetivas e liquidado pelas cedentes por meio de prestações de contas, em sua maioria, trimestrais, sendo este o período médio de parcelamento dos prêmios e outros recebíveis operacionais. Os contratos têm, em média, prazos de um ano, a partir de sua primeira prestação de contas, para liquidação de suas operações. O Prazo médio de parcelamento dos prêmios a receber é de quatro parcelas, em consonância com as prestações de contas que as Cedentes enviam trimestralmente.

	Dez-2025	Dez-2024
Vencido:		
de 0 a 90 dias	56.714	16.233
de 91 a 180 dias	23.068	5.983
de 181 a 360 dias	19.771	5.051
Acima de 360 dias	608	184
A vencer:		
de 0 a 90 dias	244.363	284.801
de 91 a 180 dias	7.701	17.253
de 181 a 360 dias	2.051	42.874
Acima de 360 dias	2.025	3.507
Total	356.301	375.886

Redução ao valor recuperável

Vencido:		
de 0 a 90 dias	-	(1.087)
de 91 a 180 dias	-	(2.581)
de 181 a 360 dias	(1.146)	(919)
Acima de 360 dias	(662)	(152)
Total	(1.808)	(4.739)

Para o saldo de prêmios efetivos dos contratos proporcionais, não proporcionais e facultativos utilizamos o *aging list* da composição da conta, além da provisão de risco de crédito por ressegurador que tem evidência factível de inadimplência. Os prêmios estimados são analisados qualitativamente, uma vez que não são de fato uma transação efetiva. 8. **Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas – Resseguradoras: a. Composição dos ativos de retrocessão**

	Dez-2025	Dez-2024
Provisão para prêmio não ganho	248.944	258.413
(-) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(58.293)	(63.749)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	185.438	190.443
Sinistros pendentes de pagamento retrocessão	146.130	96.558
Total de ativos de retrocessão	522.219	481.665
Total circulante	412.158	373.982
Total não circulante	110.061	107.683

b. Movimentação dos ativos de retrocessão

	Dez-2024	Consti- tuição / (Reversão)	(Paga- mento)	Dez-2025
Ativos de Resseguro e Retrocessão				
Provisão de Prêmios				
Não Ganhos (PPNG)	202.023	(11.372)	-	190.651
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	190.443	(5.005)	-	185.438
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	89.199	211.171	(154.240)	146.130
Total	481.665	194.794	(154.240)	522.219
Ativos de Resseguro e Retrocessão				
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)	162.841	39.182	-	202.023
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	220.743	(30.300)	-	190.443
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	121.191	192.050	(224.042)	89.199
Total	504.775	200.932	(224.042)	481.665

9. Créditos tributários e previdenciários e impostos e contribuições: a. **Créditos Tributários e previdenciários: i. Composição dos créditos tributários**

	Dez-2025	Dez-2024
Tributos a compensar		
IRPJ saldo negativo	-	163
CSLL saldo negativo	-	98
COFINS recolhido a maior	422	-
PIS/PASEP recolhido a maior	62	15
	484	276
Antecipações 2024 IRPJ/CSLL		
IRPJ antecipação	12.482	7.476
CSLL antecipação	7.502	4.498
	19.984	11.974

Crédito Prejuízo Fiscal		
IRPJ diferido	-	540
CSLL diferido	-	324
	-	864

Crédito de diferenças temporárias		
IRPJ diferido	3.972	7.879
CSLL diferido	3.538	5.883
	7.510	13.762

Total	27.978	26.876
Total ativo circulante	20.468	12.249
Total ativo não circulante	7.510	14.627

ii. Movimentação dos créditos tributários

	Dez-2024	Constituições	Baixas	Dez-2025
Tributos a compensar				
IRPJ saldo negativo	163	19	(182)	-
CSLL saldo negativo	98	11	(109)	-
COFINS recolhido a maior	-	458	(36)	422
PIS/PASEP recolhido a maior	15	64	(17)	62
	276	552	(344)	484
Antecipações IRPJ/CSLL				
IRPJ antecipação	7.476	12.482	(7.476)	12.482
CSLL antecipação	4.498	7.502	(4.498)	7.502
	11.974	19.984	(11.974)	19.984

Credito Prejuizo fiscal				
IRPJ diferido	540	-	(540)	-
CSLL diferido	324	-	(324)	-
	<u>864</u>	-	<u>(864)</u>	-

Crédito de diferenças temporárias				
IRPJ diferido	7.879	910	(4.817)	3.972
CSLL diferido	5.883	546	(2.891)	3.538
	<u>13.762</u>	<u>1.456</u>	<u>(7.708)</u>	<u>7.510</u>

Total	26.876	21.992	(20.890)	27.978
	Dez-2023	Constituições	Baixas	Dez-2024

Tributos a compensar				
IRPJ saldo negativo	273	-	(110)	163
CSLL saldo negativo	186	-	(88)	98
PIS recolhido a maior	-	15	-	15
	<u>459</u>	<u>15</u>	<u>(198)</u>	<u>276</u>

Antecipações IRPJ/CSLL				
IRPJ antecipação	6.392	7.476	(6.392)	7.476
CSLL antecipação	3.240	4.498	(3.240)	4.498
	<u>9.632</u>	<u>11.974</u>	<u>(9.632)</u>	<u>11.974</u>

Crédito Prejuízo fiscal				
IRPJ diferido	4.564	-	(4.024)	540
CSLL diferido	3.788	-	(3.464)	324
	<u>8.352</u>	-	<u>(7.488)</u>	<u>864</u>

Crédito de diferenças temporárias				
IRPJ diferido	2.027	5.852	-	7.879
CSLL diferido	2.372	3.511	-	5.883
	<u>4.399</u>	<u>9.363</u>	-	<u>13.762</u>
Total	<u>22.842</u>	<u>21.352</u>	(17.318)	26.876

Total	22.842	21.352	(17.318)	26.876
--------------	---------------	---------------	-----------------	---------------

Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal são provenientes de exercícios anteriores. Os registros desses créditos estão suportados por todos os requisitos estabelecidos na Subseção XI, Art. 118, da Circular SUSEP nº 648/21. No exercício atual, a Companhia apurou lucro antes dos impostos e compensou o saldo remanescente do prejuízo fiscal, observando o limite anual de 30% aplicável ao crédito tributário. Dessa forma, não há crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal a ser transportado para o próximo exercício. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo fiscal diferido da Companhia totaliza R\$ 7.510. Esse montante corresponde aos efeitos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias que impactam a base tributável, bem como sobre os ajustes a valor just relacionados aos investimentos (ganhos ou perdas) registrados no exercício.

b. **Impostos e Contribuições**

	Dez-2025	Dez-2024
IRPJ a recolher	13.035	9.365
CSLL a recolher	7.835	5.633
COFINS a pagar	65	822
PIS a pagar	402	135
	21.337	15.955

10. **Custo de Aquisição Diferido: a. Abertura dos custos de aquisição diferidos por ramo**

	Dez-2025	Dez-2024
Patrimonial	10.684	10.033
Responsabilidades	172	113
Automóvel	240	91
Riscos Financeiros	350	438
Pessoas Coletivo	877	2.335
Marítimos	622	497
Outros (*)	468	218
	13.413	13.725
Total Circulante	13.413	13.725

(*) Refere-se basicamente aos ramos de Transporte, Aeronáutico e Riscos Especiais.

b. **Movimentação dos custos de aquisição diferidos de resseguro**

	Dez-2025	Dez-2024
Saldo Inicial	13.725	7.607
Constituição	3.188	10.336
(Pagamento)	(3.500)	(4.218)
Total	13.413	13.725
Abertura dos custos de aquisição de retrocessão diferidos por ramo		
Patrimonial	Dez-2025	Dez-2024
	(6.540)	(6.232)
Responsabilidades	(11)	(6)
Automóvel	(24)	(5)
Riscos Financeiros	(332)	(416)
Marítimos	(168)	(36)
Outros (*)	(272)	(189)
	(7.347)	(6.884)

(*) Refere-se basicamente aos ramos de Transporte, Aeronáutico e Riscos Especiais.

c. **Movimentação dos custos de aquisição diferidos de retrocessão**

	Dez-2025	Dez-2024
Saldo Inicial	(6.884)	(1.963)
(Reversão)	(2.080)	(7.557)
Apropriação	1.619	2.636
Total	(7.347)	(6.884)

d. **Premissas de Cálculo:** Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões, no valor de R\$ 7.347 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.884 em 2024), relacionados à comercialização de contratos de retrocessão. Esses montantes são diferidos na data de emissão do contrato e apropriados ao resultado, pro rata die, de acordo com a vigência contratual. e. **Prazo Médio de Diferimento:** O prazo médio de diferimento é de 12 meses. 11. **Ativo Imobilizado e Intangível:** Composto principalmente por móveis, equipamento de escritórios e benfeitorias em imóveis de terceiros alocados nos dois escritórios da Companhia, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, os ativos imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição e depreciação calculada segundo o método linear conforme o período de vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa 3.k.iv. a. **Composição**

	Dez-2025	Dez-2024
Bens móveis		
Equipamentos	1.873	1.589
Móveis, máquinas e utensílios	255	243
Outras imobilizações	5.867	5.867
(-) Depreciação acumulada	(6.357)	(5.867)
Intangível		
(-) Amortização Acumulada	-	(74)
Total	1.638	1.832

b. **Movimentação do ativo imobilizado e intangível**

	Dez-2024	Entradas	Depreciação/ Amortização do período	Dez-2025
Bens móveis				
Equipamentos	596	284	(261)	619
Móveis, máquinas e utensílios	107	12	(25)	94
Outras imobilizações	1.129	-	(204)	925
Total	1.832	296	(490)	1.638

	Dez-2023	Entradas	Depreciação/ Amortização do período	Dez-2024
Bens móveis				
Equipamentos	596	238	(238)	596
Móveis, máquinas e utensílios	126	4	(23)	107
Outras imobilizações	1.334	-	(205)	1.129
Intangível				
(-) Amortização	4	-	(4)	-
Total	2.060	242	(470)	1.832

12. **Débitos de Operações Com Seguros e Resseguros: a. Composição**

	Dez-2025	Dez-2024
Prêmio retrocedido a pagar	304.043	280.955
(-) Comissões retrocedidas	(88.148)	(75.129)
Subtotal	215.895	205.826
Corretagem de resseguros a pagar	20.554	18.923
Outros débitos operacionais (i)	95.379	42.839
Total	332.028	267.588
Total circulante	332.028	267.588

(i) Refere-se basicamente a cash call – adiantamento de sinistro a ser liquidado após

15. **Desenvolvimento de sinistros ocorridos:** A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores: Valores Brutos de Retrocessão.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
UWVY												
Incorrido e IBNR												
Até a data base:	155	111.444	93.160	83.079	122.945	76.398	125.786	430.544	280.760	153.398	133.008	116.584
Após um ano	1.625	179.400	146.520	120.561	309.568	294.557	300.670	1.585.657	631.305	452.728	547.200	-
Após dois anos	3.340	231.515	185.552	131.650	327.710	300.721	313.238	1.718.773	643.454	539.150	-	-
Após três anos	5.611	217.538	183.703	133.884	306.764	291.118	281.382	1.696.139	603.894	-	-	-
Após quatro anos	2.556	213.251	175.416	132.056	300.817	275.196	282.678	1.639.111	-	-	-	-
Após cinco anos	3.903	212.249	180.474	115.956	293.949	275.468	283.702	-	-	-	-	-
Após seis anos	2.875	209.499	179.749	115.688	296.559	275.844	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(357)	205.162	176.973	117.206	295.914	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(235)	209.255	181.205	117.291	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	1.252	208.637	182.214	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após dez anos	1.760	208.556	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após onze anos	1.617	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.617	208.556	182.214	117.291	295.914	275.844	283.702	1.639.111	603.894	539.150	547.200	116.584

Até a data base:	-	65.630	44.378	35.456	42.333
Após um ano	1.518	133.586	113.785	99.093	150.823
Após dois anos	3.233	166.000	130.495	112.625	172.107
Após três anos	6.002	174.724	139.655	113.679	166.308
Após quatro anos	7.151	177.919	141.191	110.418	164.043
Após cinco anos	8.053	180.727	147.687	105.859	155.768
Após seis anos	8.698	172.614	141.412	101.508	152.677
Após sete anos	5.503	163.515	132.636	100.479	146.678
Após oito anos	4.652	160.520	128.114	98.270	-
Após nove anos	3.805	156.666	121.432	-	-
Após dez anos	4.048	154.426	-	-	-
Após onze anos	3.809	-	-	-	-
Total	3.809	154.426	121.432	98.270	146.678
Total PSL e IBNR	820	3.542	9.361	2.544	7.6
Valores de Retenção					



The Art & Science of Risk

do capital social. O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido contábil após a destinação da Reserva Legal. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada. Para 31 de dezembro de 2025 houve a proposição de dividendos totais de R\$ 27.067 (R\$ 25.000 em 2024), sendo R\$ 1.565 de dividendos mínimos obrigatório e R\$ 25.502 de dividendos extraordinários, a serem pagos no decorrer do exercício de 2026. 19. **Capital Mínimo Requerido, de Risco e Liquidez em Relação ao Capital:** Em 12 de novembro de 2021 o CNSP publicou a Resolução 432/21 relativa ao cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais e ao cálculo do capital de risco. A Resolução, complementada pela Circular SUSEP nº 648/21, dispõe sobre o cálculo de capital de risco baseado no risco de subscrição, capital de risco baseado no risco de crédito, capital de risco baseado em risco operacional e capital de risco baseado no risco de mercado. Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Dez-2025	Dez-2024
Patrimônio Líquido	147.744	133.276
Créditos tributários com prejuízos fiscais	-	(864)
Ajustes contábeis	-	(864)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	17.229	27.227
PLA–nível I	147.744	132.412
PLA–nível II	17.229	27.227
PLA–nível III	-	-
PLA (Total) = PL + Ajus. cont. + Ajus. Do Exc. De Nível II e III (*) (a)	164.973	159.639
Capital mínimo requerido		
Capital base (CB)	60.000	60.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	79.374	87.228
Capital de risco de subscrição	57.880	67.516
Capital de risco de crédito	24.515	23.214
Capital de risco operacional	4.296	4.123
Capital de risco de mercado	5.690	4.816
Correlação entre os riscos	(13.007)	(12.428)
Capital mínimo requerido (b)	79.374	87.228
Suficiência de capital (c = a–b)	85.599	73.663
Suficiência de capital (c / b)	107,8%	84,5%
Índice de solvência (d = a / b)	207,8%	184,5%

20. **Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR SE e Essor Seguros S.A, além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. a. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes

Membros da Diretoria		Contador responsável		Atuário responsável	
Dafne Coutinho Santos Fabio Henrique Ferreira de Pinho		Fernando Viana dos Reis Gilberto Kauru Fujita Rafael Zimmer Polking		Isabella Silva de Oliveira	

Parecer dos Atuários Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Scor Brasil Resseguros S.A.** Rio de Janeiro – RJ - CNPJ: 19.851.775/0001-07. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à

Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Scor Brasil Resseguros S.A.** Rio de Janeiro – RJ - CNPJ: 19.851.775/0001-07. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Scor Brasil Resseguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scor Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados –SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados–SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/4

relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dez-2025			Dez-2024		
	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)
Administradores (I)	0	(121)	(1.450)	-	(596)	(7.154)
SCOR Reinsurance Company	1.772	8.967	6.832	2.742	(6.029)	623
Cost sharing agreement (ii)	-	(264)	(39)	106	(312)	(121)
Operações de retrocessão (iii)	1.772	9.231	6.871	2.636	(5.717)	744
SCOR Brasil Participações Ltda.	771	-	76	631	-	79
Cost sharing agreement (ii)	771	-	76	631	-	79
SCOR SE (Paris)	513.101	(227.251)	(76.002)	472.145	(229.690)	(116.061)
Cost sharing agreement (ii)	-	(166)	(607)	-	(128)	(562)
Operações de retrocessão (iii)	513.101	(225.241)	(76.316)	472.145	(227.731)	(116.067)
Share Award Plan (iv)	-	(1.844)	624	-	(1.261)	343
Parental guarantees (vi)	-	-	278	-	(570)	225
Essor Seguros S.A.	120.768	(502.916)	(62.091)	200.450	(602.327)	(104.225)
Cost sharing agreement (ii)	-	-	-	1.435	-	523
Operações de resseguro (v)	120.768	(502.916)	(62.091)	199.014	(602.327)	(104.747)
Total	636.412	(721.320)	(132.656)	675.862	(838.594)	(226.692)

(i) Remuneração a pagar. (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes. (iii) Refere-se a transações de retrocessão. (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz. (v) Refere-se a transações de resseguro. (vi) Refere-se a garantia alocada pela SCOR SE (Paris) à Companhia. b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades supervisionadas pela SUSEP não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. 21. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. 22. **Contingências:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 6 processos administrativos em andamento na Receita Federal do Brasil (RFB), dos quais 3 possuem contingência passiva e 3 ativa. Dentre aqueles processos passivos, todos são classificados com perda possível. Além desses, a Companhia possui 8 processos de natureza judicial, dos quais 5 deles ativos e 3 passivos. Estes processos passivos são atualmente classificados como perdas possíveis, com valor em risco atualizado de R\$ 704 (R\$ 1.002 em 2024). Considerando, portanto, que a Companhia não figura como parte em processos com perda classificada como provável ou em ações judiciais com discussões relacionadas à sinistros, não houve provisão para nenhum dos processos mencionados, conforme Política de Provisionamento da SCOR. A classificação das contingências é baseada na opinião dos advogados internos da Companhia, com o apoio de escritórios externos especializados, que também monitoram a evolução dos temas envolvendo as respectivas ações. 23. **Eventos Subsequentes:** Não houve evento subsequente após o fechamento até a data da publicação destas demonstrações financeiras.

variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da SCOR Brasil Resseguros S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela SCOR BRASIL RESSEGUROS S/A e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles examinados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

Mário Costa - Atuário MIBA 933

FORVIS MAZARS SERVICOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170

CNPJ Nº 41.921.418/0001-19 - Forvis Mazars

a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejamos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP203701/O-8.

Douglas Souza de Oliveira - Contador - CRC - 1SP191325/O-0 "R"



The Art & Science of Risk

Resultados das renovações
de resseguro P&C de
janeiro de 2026



SCOR

The Art & Science of Risk

Oferecemos aos
nossos clientes
um nível ideal
de segurança, para
criar valor para
nossos acionistas
e contribuir para o
bem-estar e a
resiliência da
sociedade.

